

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS (UNICAMP)

INSTITUTO DE ECONOMIA (IE)

CENTRO DE ESTUDOS SINDICAIS E DE ECONOMIA DO TRABALHO (CESIT)

Caixa Postal 6135 - 13083-857 - Campinas - SP

www.eco.unicamp.br/cesit

E-mail: cesit@eco.unicamp.br

CADERNOS DO CESIT

(Texto para discussão n. 6)

CRISE DO PADRÃO DE DESENVOLVIMENTO NO CAPITALISMO BRASILEIRO

- **Breve Histórico e Principais Características** -

Waldir José de Quadros *

Campinas, junho de 1991

* Professor do Instituto de Economia da UNICAMP.

CRISE DO PADRÃO DE DESENVOLVIMENTO NO CAPITALISMO BRASILEIRO **- Breve Histórico e Principais Características -**

Waldir Quadros

Logo no início é necessário esclarecer o que entendemos por padrão brasileiro de desenvolvimento capitalista. Na interpretação que adotamos, e em poucas palavras, podemos dizer que este padrão é o resultado da forma como se implantou e se desenvolveu entre nós o chamado “padrão americano de industrialização”.

É em torno desta idéia básica que se estrutura a argumentação que será detalhada a seguir.

A PROBLEMÁTICA DA INDUSTRIALIZAÇÃO

Porém, antes de mais nada, é preciso apresentar o próprio conceito de industrialização. Para tanto, é útil imaginarmos os traços básicos de uma moderna estrutura industrial já consolidada, e dividi-la em dois conjuntos.

O primeiro grupo, conhecido como “setor 2”, reúne todas as unidades fabris produtoras de Bens de Consumo e subdivide-se no ramo dos bens de consumo não duráveis (alimentar e têxteis, p. exemplo), e no ramo dos bens de consumo duráveis (automobilística, eletrodomésticos, etc.).

O segundo conjunto é chamado de “setor 1” e engloba as unidades responsáveis pelos Bens de Produção, e também se subdivide em insumos básicos (ferro, aço, energia, etc.), e em bens de capital (máquinas, equipamentos, etc.).

Nesta estrutura produtiva, o setor 1 assume um papel estratégico, particularmente no que se refere à produção de bens de capital. Este é o setor que sustenta todo o processo de desenvolvimento, pois é o ramo de bens de capital que capacita uma economia a implementar o progresso técnico e difundi-lo por toda a estrutura econômica, através de novos equipamentos mais

eficientes que os já instalados, assegurando ganhos de produtividade e a redução dos custos unitários dos bens e serviços produzidos.

Desta forma, é indispensável a existência de um setor 1 razoavelmente constituído para se definir uma economia como industrializada. Assim, o processo de industrialização de um país deve ser associado aos esforços necessários para implantar sua “indústria pesada”.

Agora, o próximo passo é esclarecer o que se entende por “padrão americano de industrialização”.

AS ORIGENS DO “PADRÃO AMERICANO DE INDUSTRIALIZAÇÃO”

A história do capitalismo já presenciou dois padrões dominantes de industrialização, que em termos esquemáticos podemos situar do seguinte modelo: o inglês, no século XIX, e o “americano”, no século XX..

O padrão inglês é o que surge na Revolução Industrial, que é a primeira experiência de industrialização capitalista. Na Inglaterra, o processo de industrialização começa com a mecanização da produção têxtil (setor 2, ramo de bens de consumo não duráveis) e conclui-se com o surgimento do ferro, de máquinas têxteis, de máquinas a vapor, etc. (setor 1).

A tecnologia da Revolução Industrial é extremamente simples, com a produção realizada em pequenas unidades fabris e baseada na mecânica e na energia a vapor. Era acessível a um mecânico prático, capaz não só de operar os equipamentos, como também de reproduzi-los.

Durante algumas décadas a Inglaterra será a única economia industrializada, funcionando como a “oficina do mundo”. A partir da metade do século XIX ocorre o chamado ciclo ferroviário, a Inglaterra promove a chegada dos “caminhos de ferro” a inúmeros países (inclusive o Brasil, da época do café).

Alguns poucos países (destacando-se os Estados Unidos e a Alemanha), que já estavam razoavelmente capacitados, vão se aproveitar dos estímulos que o ciclo ferroviário traz para as suas economias e implantam o seu setor 1. De início importam os produtos da Inglaterra, e logo em seguida passam eles mesmos a produzi-los. Eles reproduzem a estrutura produtiva existente na Inglaterra e, tal como ocorreu naquele país, são as burguesias nacionais que enfrentam os desafios deste processo, ainda que sempre contando com o apoio “institucional” do Estado.

Em meados da década de 1870 inicia-se uma profunda crise mundial, conhecida como Grande Depressão, que provoca mudanças muito sérias na economia brasileira.

No bojo desta crise, aqueles países recentemente industrializados e particularmente os Estados Unidos, vão gerar o gérmen de um novo padrão tecnológico. Ocorre um forte processo de concentração e centralização do capital, com o tamanho mínimo das unidades produtivas crescendo extraordinariamente e iniciando-se um processo de monopolização. Surge um novo setor 1 em torno da produção do aço, da borracha, da automatização das máquinas-ferramenta, etc. Outra importante novidade é o surgimento da produção fabril de bens de consumo duráveis, as chamadas “máquinas de uso pessoal”.

Este novo padrão de industrialização, formado pela íntima articulação do novo setor 1 com a produção de bens duráveis de consumo, também conhecido como “padrão americano”, vai se constituindo nas décadas finais do século XIX e será o padrão dominante ao longo do século XX. Dizer que ele é o padrão dominante significa, entre outras coisas, dizer que após sua constituição ele terá que ser adotado pelos países que conseguirem se industrializar, sob pena de montarem uma estrutura já ultrapassada.

Agora, a tecnologia é bastante complexa, exigindo aplicação sistemática de conhecimento científico. Além disso, o acesso a esta tecnologia será enormemente dificultado pelo rígido controle exercido pelas grandes empresas monopolistas que a dominam. Ao que também se acrescentam as dificuldades decorrentes dos elevados volumes de investimento inicial necessários à sua implantação.

Ou seja, nesse novo padrão as dificuldades para um país se industrializar crescem extraordinariamente. Podemos ter uma pálida idéia deste agravamento dos obstáculos tecnológicos e financeiros, atentando rapidamente para a industrialização da Rússia e do Japão, nas últimas décadas do século XIX.

Além do fato de que o ponto de partida destes países é bastante atrasado, agora eles são obrigados a enfrentar ao mesmo tempo o padrão inglês, que ainda é o dominante, e o novo que está surgindo.

Em razão destes obstáculos mais sérios e diante da fragilidade das burguesias nacionais, será o próprio Estado que, por razões de segurança e soberania nacionais, irá comandar o processo de industrialização. No Japão, promovendo a implantação da indústria naval, e, a indústria ferroviária na Rússia. Em torno destes empreendimentos estatais, e fortemente apoiada pelo Estado, se constituirá a indústria privada nacional.

A DIFUSÃO DO “PADRÃO AMERICANO”

Ao longo do século XX, a difusão do novo padrão pelo mundo capitalista terá como carro chefe a difusão dos bens de consumo duráveis, cujo símbolo é a indústria automobilística. Este fenômeno ocorre com uma certa lentidão até a 2ª guerra mundial, acelera-se bastante no bojo da expansão econômica do pós-guerra, mantendo-se vigoroso até a década de 1970, quando irrompe a atual crise mundial que também está gestando um novo padrão tecnológico.

Em termos gerais, este processo de difusão vai generalizar entre os vários países capitalistas um certo padrão de consumo, nucleado pelos bens de consumo duráveis, e que obviamente é moldado pelo “poder aquisitivo” existente em cada país.

Já no que se refere aos países capitalistas avançados, a tendência foi aproximarem suas estruturas produtivas àquela vigente no padrão dominante, dando origem inclusive a uma futura competição internacional bastante acirrada.

Entre os países da periferia capitalista, só alguns poucos conseguem se capacitar para o “salto da industrialização pesada” e, assim, reproduzem não só a estrutura de consumo, mas também de produção do “padrão americano”. É o que se passa com o Brasil e com os chamados “tigres asiáticos” (Coreia, Taiwan e Singapura) entre outros.

O movimento de difusão do padrão americano é impulsionado no pós-guerra com a montagem do sistema de multinacionais, no quadro de internacionalização do capital produtivo.

Ao se encerra a 2ª Guerra Mundial, as grandes corporações americanas se encontram enormemente fortalecidas e sequiosas por novos campos de inversão, em âmbito mundial. Seu primeiro movimento de internacionalização da produção será em direção da Europa, cujas portas são abertas como exigência de reciprocidade à ajuda americana ao esforço de reconstrução de suas economias destruídas pela guerra.

Como reação a esta invasão das filiais americanas, as grandes empresas européias buscam se fortalecer com fusões e associações à escala européia, e partem para a conquista de espaços em antigas "reservas" americanas. É neste quadro que se dá a vinda das multinacionais européias para o Brasil, na época do Plano de Metas do Governo Juscelino Kubitschek.

Diante deste movimento dos oligopólios europeus, as empresas americanas vão atrás para não deixar os mercados - existentes ou potenciais - totalmente nas mãos de seus concorrentes.

Em resumo, o processo de difusão do padrão americano é comandado pela difusão dos bens de consumo duráveis e pela constituição do sistema de multinacionais. Alguns poucos países da periferia capitalista, que já haviam desenvolvido suficientemente suas condições internas, "pegam carona" neste processo e conseguem dar o "salto da industrialização pesada", reproduzindo o perfil do padrão tecnológico dominante. É o caso do Brasil.

A INDUSTRIALIZAÇÃO PESADA NO BRASIL

Frente ao rápido e contínuo agravamento dos obstáculos tecnológicos e financeiros para a industrialização ao longo do século XX, a burguesia brasileira se revela impotente para enfrentar esta empreitada. O mesmo se passa com o Estado nacional, que desde o Estado Novo de Getúlio Vargas revela intenções industrializantes, mas não consegue reproduzir a experiência da Rússia e Japão.

Entretanto, os esforços realizados e o razoável desenvolvimento interno que se conseguiu até a década de 1950, nos capacitaram a aproveitar os impulsos da difusão do padrão americano e realizar o nosso "salto".

E um dos aspectos decisivos para conseguirmos realizar esta tarefa foi a "concordância" das multinacionais em participar deste processo, movidas pela própria lógica da concorrência internacional. Sua participação permite superarmos o obstáculo tecnológico, e contribui para aliviar as exigências financeiras.

Contudo, o papel do Estado foi determinante para que esta mera disposição se concretizasse. De um lado, o Estado assume os pesados investimentos envolvidos com os empreendimentos decisivos para a implantação do setor 1 - através da criação das empresas estatais produtivas – e para a criação da infraestrutura básica.

Porém, tão importante quanto esta ação econômica foi a viabilização política do acordo entre a burguesia nacional e o novo capital estrangeiro. É o Estado que assegura as condições políticas para a formação do “tripé” composto pela empresa privada nacional, empresa estatal e filial multinacional, necessário à implementação do salto.

É o Estado que determina e garante os espaços econômicos de cada um dos agentes, especialmente no que se refere à fragilidade da empresa nacional diante da força das multinacionais. Exemplo típico é a montagem da indústria automobilística, onde as multinacionais dominam as montadoras, o empresariado nacional fica com o ramo de autopeças e distribuição, e as estatais fornecem insumos fortemente subsidiados.

AS ESPECIFICIDADES DO PADRÃO BRASILEIRO

Uma das principais características do padrão brasileiro de desenvolvimento será a de combinar o elevado dinamismo econômico com o mais vergonhoso descaso social, agravando as carências sociais, a miséria e a marginalidade urbana.

Entretanto, esta péssima situação social não deve ser atribuída diretamente à montagem entre nós da estrutura produtiva característica do capitalismo do século XX, o chamado “modelo dos duráveis”. E isto porque este mesmo acontecimento não provocou resultados idênticos em todos os países que o realizaram.

Nos países do capitalismo central, notadamente na Europa, a forte expansão econômica do pós-guerra foi acompanhada pela elevação dos salários reais e pela intensificação da ação social do Estado, nos marcos do chamado “Welfare State”.

Mesmo se buscarmos comparações na periferia capitalista, entre os países de industrialização tardia, a situação vigente nos “tigres asiáticos” revela uma gritante disparidade (para melhor, é claro) em relação à situação social brasileira (Revista Veja, 14/08/88).

Podemos então concluir que o chamado “modelo dos duráveis” possibilita distintos estilos ou padrões de desenvolvimento que simplificaremos chamando-os de distributivo e concentrador.

Cabe então, ao menos situar os principais traços do nosso estilo concentrador de desenvolvimento. E, na interpretação que adotamos, essa característica concentradora não resulta diretamente da nossa estrutura econômica, mas sim é fruto do comando conservador sobre o nosso processo de desenvolvimento.

Um dos aspectos centrais da gestão conservadora que prevaleceu nos momentos cruciais do nosso processo histórico, é o de circunscrever as melhorias sociais como um mero desdobramento do desempenho econômico. Entre outras coisas, esta orientação leva a que o Estado dedique-se prioritariamente a promover o crescimento econômico, descuidando-se irresponsavelmente da

atenção social. Por outro lado é complacente ou solidário com a super-exploração da força de trabalho. Ou seja, cuida-se de promover a geração de oportunidades e permite-se que os mais capacitados ou favorecidos se beneficiem... e os prejudicados que se cuidem.

Esta concepção também esteve presente no momento do salto da industrialização pesada, já no próprio Plano de Metas de Juscelino Kubitschek. Como se sabe JK apoiou-se diretamente no projeto de desenvolvimento formulado por Getúlio Vargas. Entretanto, JK lançou mão apenas do plano econômico, abandonado as propostas de desenvolvimento social de Vargas e praticamente se restringindo à relevante, porém insuficiente, proteção do salário mínimo.

Contudo, o momento decisivo para a definição dos rumos que tomou o nosso processo de desenvolvimento, localiza-se no enfrentamento da crise que seguiu-se ao salto da industrialização pesada, por volta de 1962/63. Os dois projetos de desenvolvimento se confrontaram neste momento: o distributivo, com a proposta das “Reformas de Base”, e o concentrador com o combate à “demagogia distributivista”, à “república sindicalista” e reclamando a “ordem contra a anarquia e o caos”.

Esta disputa foi resolvida em 1964 através da mais drástica das forças populares, cujas conseqüências se projetam até os dias atuais. No período 1965/67, os vitoriosos implementam um conjunto de reformas conservadoras, que acentuará o caráter concentrador do nosso desenvolvimento.

É assim que no próprio momento do enfrentamento da crise econômica, já vai se definindo o caráter excludente e socialmente perverso que caracterizará o chamado “milagre brasileiro” – que se inicia em 1968 e perdura até meados da década de 1970.

Nesse período, o conservadorismo na formulação da política econômica e social é acompanhado pelo férreo autoritarismo político, unidos pelo que possuem em comum: uma profunda aversão aos interesses e necessidades populares.

Entretanto, a dominação que impõem à sociedade não resulta apenas da brutal repressão que o Estado policial reserva aos descontentes e inconformados. Ao mesmo tempo que se agravam as carências sociais, o dinamismo econômico promove um profundo e extenso processo de ascensão e mobilidade social. Este processo percorre toda a sociedade, mas pode ser visualizado com enorme nitidez na extraordinária expansão da nova classe média urbana.

Em resumo, o período do “milagre” foi a grande oportunidade histórica de se promover o desenvolvimento social jogada fora pelo conservadorismo brasileiro. O elevado dinamismo econômico e social, com todas as suas possibilidades tributárias e fiscais, poderia ter servido como suporte de um amplo programa de gastos públicos nas áreas sociais. Além de facultar melhorias nas condições salariais e de trabalho.

Já no enfrentamento da crise que irrompe em meados dos anos setenta, a gestão conservadora mais uma vez agravará as condições sociais, submetendo o país aos interesses dos credores externos e sancionando e exacerbando internamente o componente especulativo da crise.

Com exceção do breve período do Plano Cruzado, esta concepção também dominará todo o processo de transição política, neutralizando e derrotando os propósitos reformistas pela Nova República.

A CRISE DO PADRÃO DE DESENVOLVIMENTO

a) A crise mundial do capitalismo e o novo padrão

Na década de 1970 manifesta-se a profunda crise do capitalismo mundial, que perdura até nossos dias. Entre outras coisas, esta crise problematiza irremediavelmente o até então vigente quadro de relações internacionais, sejam elas relações comerciais, financeiras, produtivas, diplomáticas, geopolíticas, etc. Envolve assim, a delicada questão da estrutura de poder mundial e de hegemonia.

No bojo desta profunda crise, tal como ocorreu na crise do final do século XIX, está se gestando o novo padrão tecnológico e de desenvolvimento que será dominante a seguir. Seus componentes produtivos mais visíveis são os novos materiais, a engenharia genética, a biotecnologia, a robótica e a informática, a energia nuclear “limpa”, etc.

b) A crise do padrão brasileiro

Com a irrupção da nossa crise cíclica com o desfalecimento do “milagre”, o governo Geisel tenta enfrenta-la através de um novo surto de desenvolvimento norteado pelo II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND).

E aqui comete-se o mais sério erro estratégico, ao se implementar todo o programa de investimentos, sustentados pelo reforço no endividamento externo, e voltados justamente para os setores que já estavam se tornando obsoletos e ultrapassados ao nível da crise mundial. Ou seja, e figurativamente, insistiu-se erroneamente em marchar para o fim do século XIX e início do século XX, quando os rumos do desenvolvimento capitalista já apontam para o século XXI. (Entrevista do Prof. João Manuel, Revista Veja, 21/09/88 e artigos do Prof. Belluzzo Isto é/Senhor, de 17/01 e 07/02 de 1990).

Por outro lado, a gestão conservadora ao longo dos anos oitenta será solidária aos credores externos e à lógica financeira, promovendo a recessão e a “inércia tecnológica” e condenando a nossa estrutura produtiva a uma situação de virtual obsolescência.

c) Os desafios atuais

São muitos e bastante complexos os desafios que esta situação coloca à sociedade brasileira.

Entre outras questões cabe indagar se conseguiremos ou não nos inserir no novo padrão de desenvolvimento do capitalismo mundial.

Se não formos capazes de fazê-lo, o que nos separa é a regressão econômica e o apodrecimento social.

Se conseguirmos, resta saber se vai se reproduzir o estilo concentrador de desenvolvimento, ou se seremos capazes de conquistar e implementar uma alternativa distributiva. E também saber de que forma serão distribuídos os custos sociais envolvidos no enfrentamento da crise e na retomada do desenvolvimento.

Esta exposição não pretende encaminhar respostas a estas questões, mas apenas contribuir para situá-las corretamente e esclarecer os aspectos envolvidos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

COUTINHO, L. G. *Das Políticas de recuperação à II Guerra Mundial*. IE/UNICAMP, mimeo, apostila EC-464.

_____, Mudanças Recentes na Divisão Internacional do Trabalho. In: *Revista Contexto* n° 2, São Paulo, HUCITEC, março de 1977.

_____, e BELLUZZO, L. G. M. Estado, Sistema Financeiro e Forma de Manifestação da Crise: 1919-1974. In: *Desenvolvimento Capitalista no Brasil*. BELLUZZO, L. G. M. e COUTINHO, R. (org.). São Paulo, Brasiliense, 1982.

DRAIBE, S. M. *Rumos e Metamorfoses. O Estado e a Industrialização no Brasil – 1930-1960*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985.

GUIMARÃES, C. *1964, estado e Economia: A Nova Relação*. Tese de Doutorado, Campinas, IE/UNICAMP, 1990, mimeo.

HOBSBAWN, E. *Da Revolução Industrial Inglesa ao Imperialismo*. Rio de Janeiro, Forense, 1986.

HYMER, S. *Empresas Multinacionais: A Internacionalização do Capital*. Rio de Janeiro, Graal, 1978.

MELLO, J. M. C. *O Capitalismo Tardio*. São Paulo, Brasiliense, 1982.

_____, e BELLUZZO, L. G. M. Reflexões sobre a Crise Atual. In: *Desenvolvimento Capitalista no Brasil. Op. Cit.*

OLIVEIRA, C. A. B. *O Processo de Industrialização: do Capitalismo Originário ao Atrasado*. Tese de Doutorado, Campinas, IE/UNICAMP, 1985, mimeo.

QUADROS, W. *O “Milagre Brasileiro” e a Expansão da Nova Classe Média*. Tese de Doutorado, Campinas, IE/UNICAMP, 1991, mimeo.

TAVARES, M. C. *Acumulação de Capital e Industrialização no Brasil*. Campinas, Editora da UNICAMP.

TEIXEIRA, A. *O Movimento da Industrialização nas Economias Capitalistas Centrais no Pós-Guerra*. Rio de Janeiro, UFRJ/IEI, texto para discussão n° 25, 1982.